



Poderes

Para atender o Congresso, governo faz liberação recorde de emendas em um dia

— Foram transferidos R\$ 4,9 bilhões na terça-feira; de toda verba não carimbada liberada pelo Ministério da Saúde, entre janeiro e abril, 61% foram destinados aos parlamentares

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

O governo Lula destinou mais de 60% do orçamento não carimbado do Ministério da Saúde para atender congressistas neste ano, de janeiro a abril. O índice foi alcançado após nova liberação, na terça-feira, de R\$ 4,9 bilhões em emendas, um valor recorde para um único dia. O levantamento, realizado pelo Sigla Estádio com dados do Siga Brasil, considera o orçamento discricionário, no qual o governo tem ingerência na liberação, e valores empenhados, o que significa que o recurso foi reservado no caixa da União e foi definido o destino do dinheiro.

Instrumento Emendas costumam ser liberadas em troca de apoio e durante votações importantes no Congresso

De todo o recurso não obrigatório liberado pela pasta, um total de R\$ 21 bilhões, R\$ 12,8 bilhões foram para emendas individuais (indicadas por deputados e senadores) e emendas de bancada (indicadas pelo conjunto de parlamentares de cada Estado).

As emendas liberadas pelo ministério são impositivas, ou seja, os valores são garantidos pela Constituição e o governo é obrigado a pagar conforme o

interesse dos parlamentares. O momento da liberação, porém, é controlado pelo Poder Executivo, que possui a “senha” do cofre da União. Historicamente, emendas são liberadas em troca de apoio político no Congresso e durante votações importantes.

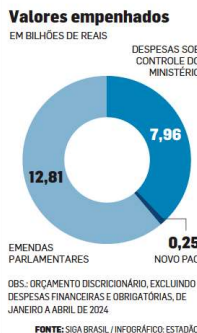
CONTROLE. O dinheiro da Saúde é destinado para compra de equipamentos e custeio de unidades em Estados e municípios, incluindo hospitais e postos de saúde. Quando o recurso é do ministério, o repasse precisa atender a critérios técnicos, como a necessidade de cada cidade, o tamanho da população e a quantidade de procedimentos realizados. Com as emendas, porém, a escolha de qual município vai receber o dinheiro fica totalmente nas mãos do parlamentar, sem obedecer a esses requisitos.

Se o orçamento do ano inteiro for levado em conta, as emendas representam 37% das despesas do Ministério da Saúde. Nos quatro primeiros meses de 2024, o governo deu prioridade às indicações parlamentares, que tiveram 61% dos valores empenhados. Procuradas pela reportagem, a Presidência da República e a Secretaria de Relações Institucionais não responderam.

O Ministério da Saúde contestou a reportagem e afirmou que as emendas individuais representam 5,62% (R\$ 13 bilhões) de todo o orçamento da

VERBA

De todo o recurso não obrigatório liberado pela pasta da Saúde (R\$ 21 bilhões), R\$ 12,8 bilhões foram para emendas



pasta e as emendas de bancada somam 1,58% (R\$ 3,6 bilhões) do montante. “O montante total de recursos orçamentários previstos para o Ministério da Saúde, em 2024, é de R\$ 232 bilhões”, disse o órgão.

“Portanto, é incorreta a informação de que ‘o governo destinou mais de 60% do orçamento do Ministério da Saúde para atender congressistas neste ano, de janeiro a abril’”. Sobre a informação de que, “se todo o orçamento do ano inte-

ro for levado em conta, as emendas representam 37% das despesas do Ministério da Saúde”, também há um equívoco, uma vez que o somatório das emendas individuais, de bancada e de comissão totaliza 9,16% do orçamento total da pasta”, informou.

Os números do ministério, no entanto, incluem as despesas obrigatórias e financeiras, sendo que a reportagem considerou as despesas discricionárias, ou seja, aquelas não obrigatórias e que sofrem interferência das emendas.

ARTICULAÇÃO. Antecipadamente, ao participar de ato do 1.º de Maio, em São Paulo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez acenos ao Congresso e enalteceu a articulação política do governo com os parlamentares. O presidente chamou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e voltou a dizer que ele tem o cargo “mais difícil” do governo, que é conversar com os deputados e os senadores. Padilha tem forte influência no Ministério da Saúde, atualmente chefiado por Nísia Trindade, de quem é padrinho no cargo.

“Nós fizemos alianças para governar e, até hoje, todos os projetos que nós mandamos para o Congresso foram aprovados de acordo com os interesses que o governo queria. E isso por competência dos ministros, por competência dos deputados, que aprenderam a

conversar ao invés de se odiarem”, declarou o presidente na ocasião.

Até o dia 30 de abril, o governo liberou (empenhou) R\$ 13,9 bilhões em emendas parlamentares, dos quais R\$ 12,8 bilhões foram destinados à custa do Ministério da Saúde. Meta das emendas individuais precisa ser, obrigatoriamente, vinculada a ações e serviços públicos de saúde, o que aumenta a importância da pasta nas

Discurso Nesta semana, Lula minimizou crise e destacou ‘competência’ dos parlamentares

negociações. O valor total do ano deve aumentar com a liberação das chamadas “emendas Pix”, sem transparência e sem vinculação com nenhuma política pública (*mais informações nesta página*).

DEFESO. A destinação recorde de terça-feira ocorreu após pressões de parlamentares por dinheiro antes das eleições. Neste ano, a lei proíbe o pagamento de emendas três meses antes da disputa, período conhecido como defeso eleitoral, que começa no dia 6 de julho. O empenho abre caminho para o repasse ocorrer antes desse período, atendendo prefeitos apadrinhados por congressistas. ●

Repasse sem transparência deve ser feito antes das eleições municipais

BRASÍLIA

Além da liberação de um valor recorde em emendas em um só dia, o governo federal prometeu liberar as “emendas Pix”, recursos indicados por deputados e senadores para Estados e municípios sem transparência, até o dia 24 de junho, antes das eleições municipais.

Em meio a um desgaste do Executivo no Congresso, após a decisão do Supremo Tribu-

nal Federal (STF) de suspender a desoneração da folha salarial para empresas de 17 setores da economia e municípios, o governo soltou um dos comunicados mais aguardados por parlamentares: o calendário de liberação das emendas Pix.

A emenda Pix é um recurso indicado sem vinculação a serviços específicos. O dinheiro cai diretamente na conta de prefeituras e de governos estaduais e pode ser usado livremente. Diferentemente de outras modali-

dades, o recurso é repassado antes do início de qualquer obra, apresentação de projeto ou abertura de licitação.

RAPIDEZ. Em 2024, o Congresso aprovou R\$ 8,2 bilhões em emendas nessa modalidade. O recurso é usado por 90% dos deputados e senadores. Essa emenda se tornou a preferida dos prefeitos, por ser paga de forma mais rápida e não ser submetida à apresentação de documentos, projetos e presta-

ção de contas ao governo federal. Em ano de eleição, o pagamento é mais cobiçado.

Ainda não há informação de que todo o dinheiro será liberado até 24 de junho. De acordo com o comunicado do governo, enviado a parlamentares, esse será o primeiro ciclo de liberação. Nos dois últimos anos, o governo dividiu o repasse em duas vezes. Isso significa que metade da verba dos parlamentares pode ser paga apenas depois das eleições.

A emenda Pix também é uma forma de driblar a Lei das Eleições, que proíbe o pagamento de emendas três meses antes da disputa eleitoral. Como o recurso é pago antes desse período, os prefeitos podem

iniciar obras e gastar o dinheiro no meio da campanha. Somando outras modalidades, o drible à lei eleitoral pode chegar a R\$ 24 bilhões neste ano.

‘Emenda Pix’ Nessa modalidade, recurso indicado cai direto na conta de prefeituras e de governos estaduais

O Tribunal de Contas da União tornou obrigatória a prestação de contas da emenda Pix. O Portal da Transparência do governo federal passou a publicar o destino da verba e quem a indicou, mas não o que é feito com o recurso. ● D.W.